

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2009

Altera os arts. 3º, 7º, 9º, 11 e 12 da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e os arts. 2º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para adequar sua terminologia à da Constituição Federal de 1988, e limitar a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia Legal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 3º, 7º, 9º, 11 e 12 da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º**

.....

§ 3º O Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo. (NR)”

“**Art. 7º** A aquisição por pessoa estrangeira, natural ou jurídica, de imóvel situado em área considerada indispensável à segurança nacional depende do assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional. (NR)”

“**Art. 9º**

.....

III – quando for o caso, autorização do órgão competente ou assentimento prévio da Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional.

..... (NR)”

“**Art. 11.**

§ 1º Quando se tratar de imóvel situado em área indispensável à segurança nacional, os cartórios de registro de imóveis deverão

remeter a relação mencionada neste artigo também à Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional.

§ 2º Quando se tratar de imóvel situado na Amazônia Legal, os cartórios de registro de imóveis deverão remeter a relação mencionada neste artigo, mensalmente, aos órgãos estaduais de terras, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Serviço de Patrimônio da União (SPU), sob pena de incidirem os titulares das delegações nas sanções previstas na Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994. (NR)”

“**Art. 12.**

§ 1º As pessoas de mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias de áreas rurais que, somadas, ultrapassem um décimo da superfície dos municípios onde estão situadas, devendo a comprovação ser feita na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º Na Amazônia Legal, o limite de que trata o *caput* deste artigo reduz-se para um décimo da superfície dos municípios.

§ 3º Ficam excluídas da restrição deste artigo as aquisições de áreas rurais:

I – inferiores a três módulos;

II – que tiverem sido objeto de compra e venda, de promessa de compra e venda, de cessão ou de promessa de cessão, mediante escritura pública ou instrumento particular devidamente protocolado no cartório de registro competente, e que tiverem sido cadastradas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em nome do promitente comprador, antes de 10 de março de 1969;

III – quando o adquirente tiver filho brasileiro ou for casado com pessoa brasileira sob o regime de comunhão de bens.

§ 4º Compete ao Congresso Nacional autorizar à pessoa física estrangeira a aquisição além dos limites de área fixados neste artigo, bem como à pessoa jurídica estrangeira a aquisição de área superior a cem módulos de exploração indefinida. (NR)”

Art. 2º Os arts. 2º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, será vedada, na faixa de fronteira, a prática dos atos referentes a:

.....

V – transações sobre área rural, pública ou privada, que impliquem a obtenção, por pessoa estrangeira, natural ou jurídica, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel;

.....

§ 1º O assentimento prévio, a modificação ou a cassação das concessões ou autorizações serão formalizados em ato da Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional, em cada caso.

§ 2º Se o ato da Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional for denegatório ou implicar modificação ou cassação de atos anteriores, da decisão caberá recurso ao Presidente da República.

..... (NR)”

“**Art. 4º** As autoridades, entidades e serventuários públicos exigirão prova do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional para a prática de qualquer ato regulado por esta Lei.

..... (NR)”

“**Art. 6º** Os atos previstos no art. 2º desta Lei, quando praticados sem o prévio assentimento do Conselho de Defesa Nacional, serão nulos de pleno direito e sujeitarão os responsáveis a multa de até vinte por cento do valor declarado do negócio irregularmente realizado. (NR)”

“**Art. 7º** Competirá à Secretaria-Geral do Conselho de Defesa Nacional solicitar dos órgãos competentes a instauração de inquérito destinado a apurar as infrações às disposições desta Lei. (NR)”

“**Art. 8º**

§ 1º O Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional e mediante prévia autorização do Senado Federal, poderá autorizar a alienação e a concessão de terras públicas acima do limite estabelecido neste artigo, desde que haja manifesto interesse para a economia regional.

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As recentes notícias sobre furtivas aquisições de imensas áreas rurais na região amazônica por estrangeiros chamaram a atenção dos brasileiros para a violação da soberania do País que essa espécie de transação poderia promover em um futuro não muito distante.

Somou-se àquele fato o acalorado debate nacional sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol, que chegou a compor a pauta de diversas rodas informais de amigos espalhadas pelos rincões do País, quando era, então, mencionado, volta e meia, o perigo para os interesses nacionais que a inclusão de um extenso trecho da faixa de fronteira na área ali demarcada representaria.

Pode-se citar, ainda, a crônica deficiência no exercício do poder de polícia na Amazônia, que tem contribuído enormemente para a perpetração do desmatamento ilegal e a conseqüente extinção da exuberante biodiversidade que, não obstante, insiste em habitar a região. Essa inação do Poder Público brasileiro acaba por inflamar a opinião pública também nas nações estrangeiras desenvolvidas – onde a preservação do meio ambiente é tema atual e tanto desperta atenções quanto provoca paixões –, bem como servir de justificativa a iniciativas que nos desfavorecem, como a inserção, pela União Européia, de cláusulas de caráter ambiental em acordos comerciais celebrados com países em desenvolvimento (com o Brasil, inclusive e notadamente), ou a difusão, entre os cidadãos daqueles países, de campanhas precisamente em prol da aquisição sistemática e gradual de terras amazônicas.

A conclusão inarredável é a de que o Estado brasileiro tem falhado em afirmar sua soberania na Amazônia de forma incontestada, e peço vênica para afirmar que às Casas do Poder Legislativo cabe boa parcela da responsabilidade por essa falta.

Com efeito, a legislação em vigor tendente a limitar abusos no que se refere à aquisição de áreas rurais por estrangeiros, dentro e fora da faixa de fronteira, existe há mais de trinta anos, destacando-se a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que *regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil*, e a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que *dispõe sobre a faixa de fronteira*. Diante dos recentes acontecimentos mencionados, que, afinal, motivam esta nossa perplexidade, bastaria um ajuste de certos dispositivos desses diplomas legais para adaptá-los às presentes

circunstâncias, mitigando a ocorrência de semelhantes eventos, que se nos afiguram como potenciais ameaças à soberania do Brasil.

É exatamente isso o que ora venho propor: uma alteração das referidas leis, de modo a estabelecer critérios mais judiciosos para a aquisição de terras por estrangeiros no País. Ademais, de modo oportuno, alvitramos adequá-las à nomenclatura adotada pela Constituição Federal de 1988 para o Conselho de Defesa Nacional (antes denominado Conselho de Segurança Nacional) e, mediante a inserção de um § 4º no art. 12 da Lei nº 5.709, de 1971, atualizar a redação do § 3º do mesmo dispositivo, a fim de que guarde conformidade com o § 2º do art. 23 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, a qual *dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal*.

Com tais legítimos objetivos, esperamos conquistar o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **JOÃO PEDRO**